

SESSÕES DO PLENÁRIO

55ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 26 de junho de 2018.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angela Sousa, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa Lula, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Gika Lopes Lula, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, José de Arimateia, Joseildo Ramos Lula, Jurandy Oliveira, Luciano Ribeiro, Manassés, Marcelino Galo Lula, Marcelo Nilo, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Neusa Lula Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rosemberg Pinto Lula, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vítor Bonfim, Zé Neto Lula e Zé Raimundo Lula (48)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Existe sobre a mesa um requerimento.

(Lê) “Exmº. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, os deputados infrafirmados, com base no que expõe o inciso II, ...

O Sr. Soldado Prisco:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deixe eu terminar, deputado.

“(...) art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar Projeto de Lei n.º 22.776/2018, do Poder Executivo, que Altera a Lei n.º 12.585, de 04 de julho de 2012.

Mensagem n.º 5.132/2018

Mensagem n.º 5.133/2018

Projeto de Lei nº 22.803/2018.”

Está convocada na forma regimental.

Um minuto, deputado Prisco.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Samuel Junior comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 19/06/2018.

Do Deputado Marquinho Viana comunicando que, em função de estar em Brasília para acompanhar o julgamento de Barra da Estiva no TCU; acompanhar, com o engenheiro da CERB, o andamento das obras do Sistema de Água de Placa no Município de Iramaia; e visitar a implantação das obras de pavimentação da Av. Teopompo no Município de Ibicoara, esteve ausente nas Sessões dos dias 13, 18 e 19/06/2018.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 52ª, 53ª e 54ª, realizadas, respectivamente, em 18, 19 e 20 de junho de 2018; da 12ª sessão extraordinária realizada em 19 de junho de 2018; da 46ª sessão especial realizada em 18 de junho de 2018; e dos Termos de Abertura dos dias 21 e 25 de junho de 2018.

Em discussão as atas e os termos de abertura que acabam de ser lidos. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovados.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. **(Oradores Inscritos)**

Para iniciar, o deputado Adolfo Viana, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem. O deputado Prisco pediu uma questão de ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Vou conceder a questão de ordem, primeiro, estava lendo o expediente.

Questão de ordem, deputado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco:- Quero pedir uma verificação de quórum, presidente, para continuidade da presente sessão.

O Sr. Joseildo Ramos Lula:- Presidente, para contraditar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Joseildo.

O Sr. Joseildo Ramos Lula:- Vou usar o tempo que me cabe para...

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, também, presidente, por favor.

O Sr. Joseildo Ramos Lula:- (...) para tratar do fato de que nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, oficializamos uma moção de pesar, por justa razão, pela perda do grande político que a Bahia teve, dentre outros nomes, o Dr. Waldir Pires. O passamento dessa figura ilustre entre nós da política baiana deixa uma lacuna difícil de preencher. Para todos nós desta Casa, independente de sermos de oposição ou de situação, não tenho dúvida do reconhecimento da figura plena, abundante em princípios, do ponto de vista ético, principalmente, coisa que tem se afastado da política como nunca. E nós manifestamos, aqui, a nossa intenção de gravar para os anais do parlamento baiano esta manifestação da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Mas, Sr. Presidente, contrariando o pedido de quórum para a continuidade da presente sessão, solicito que V. Ex.^a faça a chamada nominal e que coloque o tempo de praxe, o tempo regulamentar para que efetivamente possamos chamar os deputados que se encontram nos corredores, nos seus gabinetes, em atendimento a pedido de verificação de quórum existente para a continuidade da presente sessão. E nós chamamos a atenção e pedimos que V. Ex.^a também o faça para que de fato possamos ter a continuidade da atual sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V. Ex.^a será atendido. Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da sessão. Solicito a todos que se encontram em seus gabinetes, nas dependências desta Casa, que compareçam, porque existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Solicito que marquem o tempo, por favor.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Adolfo, questão de ordem, solicito que marque a presença, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, antes de fazer a minha questão de ordem, também gostaria de fazer, de participar, deputado Joseildo Ramos, dessa justíssima homenagem ao ex-governador Waldir Pires. Sem sombra de dúvida, uma referência política, um homem sério, um homem íntegro, que deixa para toda uma nova geração de políticos o exemplo de um homem que praticou a boa política no estado da Bahia, e que tem o reconhecimento de todo o país como um homem sério, como um homem honesto, como um homem que enquanto fez parte da vida pública, e olhe que não foi pequeno o período, fez com honradez e com muita decência. Portanto, fica também aqui a nossa homenagem ao ex-governador Waldir Pires.

Mas, Sr. Presidente, eu queria aproveitar também a oportunidade para convidar os deputados a se fazerem presentes na sessão. Vejo aqui funcionários públicos que aguardam ansiosamente que os projetos possam ser votados. Na semana passada nós votamos alguns projetos aqui, e me recordo bem que os servidores da justiça aguardam ansiosamente que o projeto de lei, que vai permitir que o abono pecuniário deles possa ser votado, assim como o dos magistrados foi votado. Hoje os magistrados têm uma realidade e, infelizmente, os servidores têm outra realidade.

Existe também a questão da VPI, mas também a questão dos defensores públicos do estado da Bahia que, ansiosamente, há mais de 30 dias visitam as nossas Galerias e pedem que esta Casa possa apreciar o projeto de lei, infelizmente na última sessão quando houve votação nós tivemos oportunidade de votar, deputado Zé Neto, uma série de projetos. E me lembro bem que fizemos o compromisso de que na sessão seguinte de votação todos aqueles projetos que não foram votados na sessão passada iriam ser votados nesta sessão.

Então eu queria pedir ao deputado Prisco que pudesse rever a posição para que a gente possa dar andamento à sessão e que essas matérias possam ser aprovadas...

Sr. Presidente, eu vou pedir ordem na Casa, porque...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Ô deputado! Alô, alô, deputado. Deputado Zé Neto, deputado Prisco, tem um orador usando a questão de ordem.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Quando os deputados terminarem de discutir remarque o tempo do deputado Adolfo. Quando for possível V. Ex. ^a falar.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, então assim...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Marca 5 minutos, de novo, para o deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- Estou inscrito para fazer uso da palavra na tribuna, espero que os parlamentares possam se fazer presentes aqui no Plenário. E espero que a Mesa Diretora coloque os projetos de lei para serem apreciados pela Casa, os servidores estão aqui, aguardam, já há mais de 30 dias, que esses projetos possam ser apreciados. Então, eu faço essa solicitação à Mesa Diretora e aos deputados que se fazem presentes. Vamos fazer um esforço para poder tentar votar pelo menos os projetos que dizem respeito aos servidores do estado da Bahia.

Queria fazer um apelo ao Soldado Prisco para que a gente pudesse usar pelo menos o Pequeno Expediente, uma vez que a gente passou uma semana praticamente parada por conta das festas juninas e se o deputado compreender que isso possa ser possível, fica aí o apelo do deputado Adolfo Viana para que nesta sessão possa realmente haver votações e que esses projetos que estão na pauta do dia possam ser votados.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Zé Neto, antes disso eu convoco os deputados: Aderbal Caldas; Alan Castro; Alan Sanches; Alex da Piatã; Alex Lima; Angela Souza; Angelo Almeida; presidente Angelo Coronel; Antônio Henrique Jr; Augusto Castro; Bira Corôa; Carlos Ubaldino; David Rios; Carlos Ubaldino; Eduardo Salles; Euclides Fernandes; Fabíola Mansur; Fabrício Falcão; Fátima Nunes; Jânio Natal; José de Arimateia; Jurandy Oliveira; Luiz Augusto; Manassés; Marcelino Galo; Maria del Carmem; Marquinho Viana; Mirela; Nelson Leal; Neusa Cadore; Pastor Isidório...

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- (...) Paulo Câmara; Paulo Rangel; Roberto Carlos; Robinho; Rosenberg Pinto; Samuel Junior.

O Sr. Zé Neto Lula:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Vou conceder.

Deputado Vitor Bonfim, Zé Raimundo, Zó. Zé Raimundo acabou de marcar.

Pela ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto Lula:- Sr. Presidente, queria convocar nossa base, nós já temos aqui 8 minutos, faltam apenas 7 minutos e eu pediria que descessem para que nós possamos aqui dar quórum regimental para continuarmos a presente sessão.

Hoje é um dia importante, porque nós temos alguns debates a serem feitos aqui na Casa e precisamos votar também a LDO, não votando hoje, é óbvio que entraremos pelo mês de julho, e aí se não chegarmos a um denominador o recesso estará comprometido, principalmente nesse período quando todos estão viajando muito, então fica mais difícil conseguir quórum. Espero que hoje possamos ter êxito no quórum e na votação para com isso podermos encerrar o semestre, se possível ainda hoje, votando os projetos que estão ao nosso alcance.

Eu queria, inclusive, conversar com o pessoal do Judiciário, explicar aos trabalhadores do Judiciário. Falo com muita propriedade, porque nesta Casa tem dois momentos muito importantes na vida do Judiciário em que eu fui, não só interlocutor, como também fui negociador, tanto na URV como no plano de carreira. Então, quem está falando aqui não é só o deputado, é alguém que desde a época em que eu era oposição sempre tive um relacionamento muito respeitoso e direto com essa categoria.

Hoje existe um pleito dessa categoria e eu queria apenas informar que nós estamos apreciando, mas as dificuldades que nós estamos vivendo não são com relação, propriamente, a um setor ou outro. Até reclamaram aqui que nós tínhamos aprovado um projeto de lei do Tribunal com relação à criação de desembargadores, houve uma combinação, inclusive pública, com o próprio presidente do Tribunal que não ia instalar nenhum novo gabinete de desembargador. Agora, eles nos solicitaram, deputado Adolfo, explicando – digo a nós do Poder Legislativo, inclusive ao presidente da Casa e ao representante da oposição também – de que o CNJ estava para aprovar uma deliberação que inviabilizava doravante, em qualquer tempo, a criação de novos cargos de desembargador. Esse momento não é adequado, nem se tem recurso no Tribunal. O Tribunal hoje passa por uma situação difícilíssima, inclusive para fechar suas contas ao final deste ano, temos inclusive que encontrar saídas do ponto de vista fiscal e financeiro. O Tribunal hoje tem uma conta da ordem de 5,44, o máximo é 5,7, tem uma liminar que dá uma sustentação a essa situação. Então, não é uma situação simples do tribunal com relação a recurso, nós aprovamos a dos desembargadores com esse compromisso de que não haveria, e não haverá, porque não tem recurso, a instalação de nenhum novo gabinete, nenhuma vaga será efetivada nesse próximo ano, pelo menos.

Essa situação é a que está posta, nós hoje temos aqui 14 situações de carreira, 14 delas, e 14 situações que estão paralisadas, nós conseguimos aí depois de uma negociação com o próprio Ministério Público liberar uma evolução de carreira que já

tinha quase 4 anos aí discutida conosco, 3 anos se tinha esperando, e mesmo assim sem perspectiva de que seja efetivada essa evolução de carreira.

Eu estou colocando com atenção o para essa categoria porque todas as vezes em que ela nos procurou, repito, todas as vezes indistintamente, nós demos atenção e continuaremos a dar.

Agora, nem toda autonomia passa apenas por aqui. Nós temos autonomia? Temos. Nós somos o Poder Legislativo? Somos. Mas tudo o que se discutir nesta Casa, principalmente com relação a governo como Orçamento e a parte fiscal do Estado, é óbvio que nós só podemos dar qualquer passo se, evidentemente, tivermos como suprir, do ponto de vista financeiro, essa situação.

Digo isso até porque, no passado, já aconteceu de nós aprovarmos um projeto, inclusive com uma trava dentro do projeto com relação ao Orçamento, e, depois de termos aprovado, o poder ou o órgão beneficiado, obviamente, veio para cima da Assembleia e para cima do governo exigindo que fosse feita a colocação de recursos.

Então, convido as Sr.^{as} Deputadas e os Srs. Deputados, presentes na Casa, para adentrarem ao Plenário, a fim de podermos dar seguimento a esta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, faltam 3 minutos para a sessão cair por falta...

O deputado Angelo, no último momento, salvou a sessão.

Já existe número para o retorno da sessão.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Não há orador inscrito.

Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder da Maioria ou representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos. (Pausa) Não há orador.

O Sr. José de Arimateia:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

Nós, ainda, estamos no Pequeno Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- No Pequeno Expediente não tinha ninguém inscrito, deputado.

O Sr. José de Arimateia:- Tinha, sim, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Inscrito é aqui no papel. Não tem ninguém inscrito.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo ou ao da Maioria ou ao Líder do PR para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos. (Pausa) Não há orador.

Enquanto vocês se acertam, concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Falarão os deputados Adolfo Viana pelo tempo de 6 minutos e o deputado José de Arimateia pelo tempo, também, de 6 minutos, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, meu amigo deputado líder.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por 6 minutos, o deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, eu vou dividir o meu pronunciamento em duas etapas. Na primeira delas, eu vou direto ao assunto. E é bom que o deputado Zé Neto, Líder do Governo, esteja aqui presente. A gente precisa, deputado Zé Neto, ser muito claro com os servidores públicos do Estado da Bahia. Não dá para ficarmos empurrando esta situação com a barriga. Ou esta Casa vai apreciar os projetos de lei ou esta Casa não vai apreciar os projetos de lei.

Nós precisamos saber se nós vamos ou não votar, porque a Bancada da Oposição está pronta para fazer a apreciação da matéria. E os servidores merecem o respeito do Poder Legislativo. (Palmas)

Então, este é um ponto que nós precisamos definir. E, aí, eu já vou direto ao ponto com o Líder da Oposição, o deputado Luciano Ribeiro. Deputados Carlos Geilson, Prisco e Srs. Deputados componentes da Bancada da Oposição, eu acho o seguinte. Ou nós votamos os projetos de lei com relação ao interesse dos servidores do estado da Bahia ou ficará bastante difícil qualquer tipo de acordo com a Base do Governo. Este é um fato.

Sei que a Base governista está ansiosa para votar a LDO. Mas enquanto não ficar definido quando, como e em que momento nós vamos apreciar os projetos dos servidores, eu tenho certeza de que a Bancada da Oposição não aceitar e não vai fazer nenhum tipo de acordo com a Base governista.

Então é importante, deputado Prisco, porque eu sei que V. Ex.^a é um deputado que já perdeu as esperanças com relação ao cumprimento dos acordos feitos com a Base do Governo. Mas eu acho que o diálogo tem que estar permanentemente aberto, desde que haja a devida responsabilidade, desde que haja o devido respeito para com os servidores do estado da Bahia.

O Sr. Carlos Geilson:- Deputado Adolfo, me permite só um minuto aí?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Pois não, deputado.

O Sr. Carlos Geilson:- Eu quero saber de V. Ex.^a, presente há 8 anos nesta Casa, qual foi o acordo que o governo cumpriu até hoje? Qual foi acordo que o governo cumpriu até hoje? Se V. Ex.^a tem boa memória, pode me ajudar e pode aclarar este velho de quase 60 anos que já está com a memória um pouco falha. Eu gostaria que V. Ex.^a me ajudasse, por favor.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Carlos Geilson...

O Sr. Soldado Prisco:- Conceda um aparte também V. Ex.^a?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Um momento só, deputado.

Primeiro, deputado Carlos Geilson, sem sombra de dúvida, V. Ex.^a é um dos deputados mais experientes que esta Assembleia tem. De fato, deputado, eu não me recordo de nenhum acordo cumprido em sua plenitude por parte da Base do Governo. Não me recordo. E se eu estiver enganado, estão aqui os parlamentares da base que podem fazer uso da palavra e comprovar a nossa verdade ou não.

Mas penso também que nós não podemos fechar a porta da boa conversa, independente, deputado, de eles cumprirem ou não os acordos, porque, agora, neste momento, trata-se do interesse dos funcionários públicos do estado da Bahia. E a nossa Bancada da Oposição, sempre com responsabilidade, colocou o interesse do nosso Estado, o interesse dos servidores públicos acima de qualquer outro interesse.

Então, se o deputado José Neto, juntamente com sua base, tiver a predisposição de avaliarmos estes projetos presentes na pauta para serem votados, eu não vejo nenhum problema em sentarmos para fazermos uma avaliação.

Obviamente, eu penso que não seria justo o seguinte: votarmos a LDO e, no momento em que nós fizemos a votação da LDO, entraremos, naturalmente, em recesso. E, ao fazermos isso, nós estaremos deixando de votar esses projetos de lei apenas para o mês de agosto. Será que em um ano de eleição nós teremos a condição de apreciar esses projetos? Então aqui é uma questão de bom senso, é uma questão de fazermos o que é correto. E penso eu que o que é correto é colocar esses projetos para serem votados.

Ora, se o governo não quiser aprovar os projetos, a sua base tem 43 deputados; e, para isso, basta votar contra e reprova. Agora o que não dá é para não termos a capacidade de fazermos os enfrentamentos das matérias. Não é verdade, deputado Pablo?

Então, assim, eu tenho certeza de que a Bancada da Oposição votará favorável. (Palmas) Digo isso porque o pleito feito pelos funcionários públicos são mais do que justos. O que não dá é para ficarmos adiando, procrastinando, empurrando com a barriga. Entenderam? Isso é que eu acho que não é justo, não é correto, principalmente porque entra semana e sai semana e os funcionários encontram-se nas Galerias. E penso eu que o correto, deputado Geilson, deputado Prisco, seria nós fazermos o enfrentamento da matéria.

Eu ouço V. Ex.^a com prazer.

O Sr. Soldado Prisco:- Deputado, V. Ex.^a sabe que se existe um defensor do servidor público nesta Casa maior do que eu, quero conhecer. Nós estamos aqui para votar o projeto do servidor, porque nós não vamos aceitar, mais uma vez, a promessa deste governo, que é mentiroso e caloteiro, que não cumpre nada, nem com o próprio servidor, querer se aproveitar do projeto do servidor para enganar esta Casa mais uma vez.

Reforço as palavras do deputado Carlos Geilson. Eu estou aqui há 3 anos e meio e V. Ex.^a está há 8 anos. Durante todo esse tempo, este governo não cumpriu um acordo que honrou! E nós não estamos pedindo nada a ele, não! É lei votada nesta Casa. Então, nós vamos votar sim.

Eu tenho certeza de que a Bancada da Oposição, não só V. Ex.^a, como todos aqui, tem a responsabilidade com o servidor público. Vamos votar o projeto do servidor público. Agora, não vamos aceitar nenhum tipo de acordo com este governo, se não houver o cumprimento, pelo menos, do último acordo.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Incorporo os apartes de V. Ex.^{as}.

Peço para termos bom senso, a fim de podermos avaliar e fazer uma boa votação das matérias que estão na Ordem do Dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado José de Arimateia nos 6 minutos restantes.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa presente, se os servidores dependerem do nosso voto, do PRB, pode contar com a gente. A gente aprova isso hoje (palmas) com a Oposição.

Mas, Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna com uma preocupação.

(Lê) “Os dados, divulgados pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia no último dia 4 de junho, registraram 18 mortes por meningite nos primeiros 5 primeiros meses do ano de 2018, e 8 dessas mortes foram em Salvador. Foram contabilizados, ao todo, 116 casos da doença, dentre os tipos bacteriana, viral e outros fatores.

Houve uma redução tanto dos diagnósticos quanto das mortes em relação a 2017, quando foram registrados 185 casos e 21 óbitos no mesmo período, mas o quadro ainda requer atenção.

Em 13 de março, o Ministério da Saúde lançou a campanha de vacinação contra a meningite e contra o HPV com a intenção de focar nos pré-adolescentes.”

E, aí, Sr. Presidente, eis a minha preocupação. Como o Ministério da Saúde já alerta, para os estados, a preocupação da meningite que todo ano existe? Existe a doença espalhada não só no estado da Bahia, mas em outros estados. Como o governo não se preocupa e não valoriza a vida?! Vejam, 18 pessoas morreram! Vocês vejam que o Ministério da Saúde já tinha lançado a campanha em 13 de março. Como funcionam essas campanhas? Como elas funcionam?

Nós não vemos nenhum resultado, repito, nenhum resultado para combater. Tudo bem. Houve a diminuição de 3 óbitos.

Mas as pessoas continuam morrendo todos os anos, Sr. Presidente.

Então, como presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde, Instituto de Pesquisa Afins nesta Casa e vice-presidente da Comissão de Saúde da Assembleia, faço aqui um alerta e um alerta com relação à prevenção.

O governo precisa se preparar. Todo ano tem campanhas. Eu não estou só me referindo à meningite não, mas as outras campanhas existentes. As doenças continuam atingindo a população e elas têm ceifado vidas. Como o governo não valoriza a vida do ser humano?!

No caso da vacina para combater a meningite, ela é dada em primeira dose até os 4 anos de idade. E essa vacinação nessa idade é de suma importância para o controle dessa doença que tem como alguns de seus principais sintomas a febre alta, repentina, dor de cabeça, náuseas, vômitos e pescoço rígido. Essa doença pode comprometer o cérebro e levar o indivíduo à morte.

Então, Sr. Presidente, o que nós temos acompanhado e o que nós temos visto é que o governo, principalmente com a questão da divulgação das ações que o governo faz, ele deixa muito a desejar quando se refere às campanhas de conscientização e, principalmente, quando se refere à saúde da população.

O governo precisa valorizar a vida, precisa valorizar o cidadão, principalmente a juventude, porque, no caso da meningite, as crianças são o alvo maior, porque são acometidas pela doença. E o governo precisa intensificar essa campanha nas escolas, nas associações, nas igrejas.

Por que o governo não faz a parceria com as instituições que existem até mesmo com apenas a questão do material didático para alertar a população e para mostrar quais são os riscos e como evitar?

Tudo isso é papel do governo e é dever do Estado.

Mas quando a gente vê dados como este, todos os anos, sempre a Bahia aparece nos jornais com pessoas vítimas dessas doenças, principalmente a meningite.

Por isso, Sr. Presidente, eu venho, mais uma vez, a esta tribuna para alertar a população baiana acerca desta doença. Espero que o governo do estado possa se preocupar mais com a vida dos baianos e valorizar a vida dos baianos.

Era só isso, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Angelo Almeida:- Sr. Presidente, como Vice-Líder do Governo, falarão o deputado Angelo Almeida e o deputado Bobô pelo tempo de 6 minutos cada.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Bobô pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. BOBÔ:- Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde aos Srs. e Sr.^{as} Deputadas. Eu quero fazer uma saudação a toda a Galeria: um abraço, sejam muito bem-vindos. Essa luta é de todos nós.

Adolfo, meu presidente, eu quero fazer, primeiro, um registro, que você certamente acompanhou, da importância e da grande festa que foi realizada no São João em Senhor do Bonfim. Nós estivemos juntos lá, uma festa maravilhosa, bem organizada, com as atrações, sobretudo, de forró de pé de serra, mas também teve o Sfrega, uma festa particular, privada, com muita gente. Um São João realmente maravilhoso, impecável em nível de organização, de segurança e de alegria das

peessoas. Aliás, os bonfinenses, assim como eu, adoramos um forró e sabemos fazer uma grande festa e realizar uma grande festa.

É óbvio que aqui a gente tem que fazer os agradecimentos e também os reconhecimentos que são absolutamente necessários, principalmente com o prefeito Carlos Brasileiro, com o vice-prefeito José Antônio, com o secretário Diogo Rios, que realmente fizeram um trabalho, digamos assim, impecável, para que a festa pudesse se realizar da forma que foi.

Mas também... E aí, Adolfo, eu peço a sua atenção e também o seu empenho para que a gente possa discutir algo que é absolutamente fundamental na cultura dos bonfinenses e na cultura do São João. Eu cresci soltando espadas em Senhor do Bonfim. Eu sou um espadeiro. E lamentavelmente – aliás, tem bastante espadeiro aqui, não é, gente? Pois é –, lamentavelmente existe uma incompreensão por parte do Ministério Público. E essa incompreensão levou a uma ação, o Judiciário acatou a ação, e lamentavelmente nós tivemos enfrentamento, no dia 23 de junho, desnecessário, absolutamente desnecessário, com a força policial batendo inclusive em pessoas que não são bandidos, não são marginais, são pessoas de bem e que estavam mantendo de pé a tradição do município.

Eu volto a dizer: a tradição, ela tem que ser mantida, preservada e não destruída. E é absolutamente incompreensível essa ação da Polícia Militar em repressão às pessoas que foram para se divertir. Elas foram para curtir o São João e para manter viva a chama dessa tradição que está dentro de todos nós, e que somos pessoas de bem. Lamentavelmente, isso aconteceu pela segunda vez – no ano passado também –, só que desta vez com um pouco mais de truculência. E não entendi o papel da Polícia Militar. A polícia sempre foi, digamos assim, uma grande parceira das ações de lá. Aliás, o trabalho foi impecável num todo. Nós não tivemos violência alguma no São João, mas nessa questão da guerra de espada realmente houve um exagero por parte da PM.

Eu aqui quero fazer um apelo, um apelo ao Ministério Público: que debata com a sociedade, ouça a sociedade bonfinense, para saber qual a importância dessa tradição ser mantida ou não. E não apenas por um ato deliberado ou alguém que entendeu que isso não vale a pena, é arriscado, é prejudicial. Mas prejudicial? Nós podemos debater isso.

Eu acho que está na hora de sentarmos todos. Inclusive eu quero aqui fazer uma provocação a V. Ex.^a, presidente, para que a gente possa trazer esse debate aqui para a Assembleia, para esta Casa, para que a gente possa juntar o Ministério Público, o município, pessoas que representam a Associação dos Espadeiros, para encontrarmos uma solução para manter viva essa tradição que é nossa, foi construída por nós.

E eu fico... foram chocantes, realmente, os relatos de pessoas que não são sequer bonfinenses – foram participar da festa. Aqui, muitos de vocês que estão nas Galerias já foram a Senhor do Bonfim, seguramente; já participaram da guerra e sabem exatamente que ela é inofensiva. Nunca houve um óbito até hoje na nossa cidade por conta disso.

E eu acho que é uma obrigação nossa, Adolfo, brigar por isso, para que as tradições mais importantes não se percam, elas não sejam destruídas. E eu faço questão de trazer este debate aqui para esta Casa, para que a gente, através do papel importante que o Ministério Público exerce na nossa sociedade, possa encontrar uma solução para que a gente possa, assim, manter viva essa tradição.

A festa foi maravilhosa! A festa foi linda! A festa foi um espetáculo, sobretudo na questão da paz: as pessoas foram para se divertir. A diversão era a tônica, afinal de contas Bonfim faz o melhor São João do Brasil. É a capital baiana do forró, aliás, a capital brasileira do forró. E é importante que a gente mantenha isso, essa tradição firme e forte, não só de saber receber os turistas, mas também de fazer com que essas tradições sejam verdadeiramente preservadas.

Para encerrar, presidente, eu quero até colocar que já existe uma lei municipal, lá, que coloca a guerra de espada como um patrimônio cultural e imaterial do município.

Então, obviamente, é necessário um debate maior, mais cuidadoso, onde possam existir regras, mas não, obviamente, por uma decisão única do Ministério Público. Por entendimento do Ministério Público a gente ter, assim, dilacerada, literalmente, a cultura dos bonfinenses.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, por 6 minutos, o deputado Angelo.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Sr. Presidente, quero saudar a todos que nos acompanham neste momento, sobretudo os servidores públicos do estado, que vêm aqui, mitigando por seus direitos, evidentemente, buscar resposta desta Casa. Precisamos ser também sinceros, corretos e honestos: nós, enquanto representantes do povo da Bahia, naturalmente também de vocês servidores, temos essa obrigação. Não existe na pauta, no dia de hoje, nenhum projeto que tenha relação com essa demanda neste momento.

Várias categorias estão vindo aqui – acompanho desde o ano passado, aqui nesta Casa –, no diálogo, também buscando entendimento. É momento de persistência, de resiliência. O estado vem se equilibrando para conseguir manter em dia todos os seus compromissos. Hoje estamos aqui na perspectiva de votarmos a Lei de Diretrizes Orçamentárias, essa lei que vai respaldar o Orçamento do estado para ser votado no final do ano de 2019.

Mas, deputado Adolfo Viana, aqui V. Ex.^a fez essa referência ao governo com relação aos debates e às discussões com os servidores públicos. Do ponto de vista da política e como oposição V. Ex.^a está correto. Mas quero informar a V. Ex.^a que hoje pela manhã eu estive na Praça Municipal, em frente à Câmara Municipal, ao lado da Prefeitura, participando o de uma assembleia dos servidores públicos do município de Salvador. E lá, a categoria de sindicatos dos médicos, sindicatos dos odontólogos, os sanitaristas, todos esses sindicatos, representados ali pela direção do Sindicato dos

Servidores da Prefeitura de Salvador, estavam conclamando por justiça. Porque se o governo do estado tem a dificuldade de fazer a questão dos aumentos que são pleiteados pela categoria, pelos servidores públicos, eles reconhecem, publicamente, que o governo do estado pelo menos não está retroagindo na conquista dos direitos adquiridos.

O que o prefeito de Salvador faz com o servidor público municipal é uma vergonha! Retroage e toma deles direitos adquiridos por trabalhadores e trabalhadoras. Muita gente vem lutando para manter o equilíbrio entre a relação com o trabalho e a relação com o patronato, que no caso é o estado.

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Quando V. Ex. ^a cita aqui o governo, precisa lembrar – está muito claro, está muito próximo – o que aconteceu, a vergonha que foi, o embate da Câmara Municipal de Vereadores, que se agachou diante do Poder Executivo, votando a lei que retirava direitos adquiridos dos servidores públicos. Uma lei que está ali dentro do Plano de Cargos e Carreiras dos servidores públicos e, lamentavelmente, essa lei, esse projeto foi enviado para a Câmara e ligaram lá o rolo compressor sem nenhum tipo de diálogo, de debate.

Cercearam, retiraram do Plano de Carreiras o direito do trabalhador e da trabalhadora, que foi justamente o direito de ter avaliação a cada 2 anos. O servidor era submetido a uma avaliação e, a partir daquela avaliação, ele progredia na sua carreira.

Pois, exatamente este ano, o prefeito de Salvador, de forma até ousada, eu diria, encaminha um projeto que, literalmente, rasga, fere o Plano de Cargos e Salários dos servidores públicos do município.

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Concedo o aparte a V. Ex. ^a.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado, V. Ex. ^a é um deputado que chegou até esta Casa e que, de logo, mostrou que é um parlamentar qualificado, que faz um bom debate, que traz boas ideias. Mas eu não consegui na tarde de hoje compreender aonde V. Ex. ^a. quis chegar com a sua linha de raciocínio, com todo o respeito que tenho a V. Ex. ^a. V. Ex. ^a leva o debate para a Câmara Municipal de Salvador, quando na verdade a gente precisa enfrentar matérias que cabe a esta Assembleia votar, que são justamente do interesse dos servidores públicos do estado da Bahia.

Eu acho que o que aconteceu na Câmara de Vereadores – se eles votaram, se eles retiraram direitos – é de responsabilidade dos vereadores! Se eles fizeram uma votação coerente, parabéns para eles! Se eles fizeram uma votação incoerente, infelizmente nós não podemos interferir no processo da Câmara de Vereadores. A nossa responsabilidade é com este Poder Legislativo, é com a Assembleia Legislativa da Bahia, que hoje precisa apreciar os projetos de lei que aqui estão. Aqui estão os servidores pedindo.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então é essa matéria que cabe a esta Casa avaliar. Eu agradeço a participação a V. Ex.^a. (Palmas)

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Obrigado, deputado. Eu sinceramente não entendi por que V. Ex.^a não prestou a atenção no que falei no início da minha fala e fez a manifestação. Eu dei início, meio e fim quando disse que nós não podemos enganar os servidores que aqui estão, que V. Ex.^a também não deve fazer isso. Esse projeto não está na pauta. Recebi informação do líder do governo que o projeto não está em pauta.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Sr. Presidente, peço sua vênica por mais 30 segundos. Não está na pauta e não estou aqui para enrolar servidor público. Nós temos a obrigação de votar a LDO hoje ou quando puder, quando tiver maioria, quando tivermos quórum. Essa é a nossa obrigação.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Eu procurei saber há pouco do líder do governo, ele me informou que o presidente da Assembleia, Angelo Coronel, retirou de pauta. Então, não é a minha obrigação também estar aqui corroborando com V. Ex.^a e levando uma informação que não seja condigna com a verdade. Esse é o fato quando iniciei a minha fala. Agora, quando V. Ex.^a cita aqui que não podemos trazer assuntos que dizem respeito ao serviço público, à política pública é porque, realmente, DEM e PSDB estão irmanados, desde sempre, com essa prática de retirar direitos adquiridos de trabalhadores. A pauta da minha fala, do meu pronunciamento é exatamente essa: em política pública, tanto o DEM como o PSDB... A prova e a mostra disso, deputado Bobô, é o fato que ocorreu recentemente em Salvador, quando retiraram, através do projeto de lei, que.... Não fui eu, não. O professor Edvaldo Brito classificou e denominou como um projeto miserável, porque ataca, fere e retira direitos adquiridos dos trabalhadores.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Palavras do vereador, ex-prefeito de Salvador, ex-vice-prefeito Edvaldo Brito.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Adolfo.

O Sr. Adolfo Viana:- Só para fazer um esclarecimento ao nobre deputado Angelo Almeida, esse competente, combativo deputado. Os projetos ao qual eu me refiro, que dizem respeito aos servidores do estado da Bahia, podem ser votados a qualquer momento nesta Casa, basta que haja um acordo de lideranças, que é justamente o que a base governista está propondo aos deputados de oposição, que façamos aqui um acordo para votarmos a LDO. Ora, se nós podemos fazer um acordo

para votar a LDO, nós também podemos fazer um acordo para votar os projetos dos servidores, não há dúvida. Existem quatro projetos que estão sobrestando a pauta. Depois disso, eles gostariam de colocar a LDO. Ora, a gente coloca primeiro o projeto dos servidores do estado, depois a gente coloca o projeto da LDO. É uma coisa simples, extremamente possível de ser feita, basta que o líder do governo dispense as formalidades, assim como ele pede que o líder da oposição dispense as formalidades para que possa ser votada a LDO.

Então, é uma coisa simples, extremamente possível, os projetos já estão na Casa. Se tiver boa vontade por parte do líder, nós votamos hoje mesmo os projetos. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o nobre líder do Bloco Parlamentar PR/PRP, podendo usar a voz para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Angelo Almeida:- Sr. Presidente, está indicado o deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por todo o tempo?

O Sr. Angelo Almeida:- Por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por todo o tempo, 8 minutos, o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA:- Sr. Presidente, nobres colegas, deputados, deputadas, presentes nas Galerias Paulo Jackson, os que nos ouvem e nos assistem pela *TV Assembleia*, eu uso a palavra nesta tribuna, Sr. Presidente, para fazer breves registros e também algumas considerações. Estamos vivendo um momento nacional extremamente grave do ponto de vista da política, da economia, mas, ao mesmo tempo, nessa pequena conjuntura de 20, 30 dias, a população do Nordeste sobretudo, se mobiliza em torno dos festejos juninos. Evidentemente, aliado ao evento da Copa do Mundo, temos um clima aparentemente festivo e que, de certa maneira, pode nos tirar momentaneamente da dinâmica da política nacional e da política brasileira, eu diria até mesmo mundial.

Mas, nesse ambiente, eu tenho tido o privilégio de participar de várias ações e atos do governador Rui Costa, como na última semana, no lançamento do Plano Safra, quando o governador anunciou importantes investimentos para a agricultura familiar e também distribuiu equipamentos, tratores para os consórcios intermunicipais, como uma estratégia de gestão pública para fortalecer a presença do Estado nos municípios mais pobres.

Eu tive a oportunidade de estar com o deputado federal Waldenor Pereira entregando equipamentos e tratores, sobretudo da emenda do governo federal. Logo em seguida, tivemos também um ato em que o governador anunciou o apoio a vários municípios para os festejos juninos, através da Bahiatursa. Nós também participamos dessas ações e visitamos, inclusive, muitos municípios. Mesmo com a crise sentimos que há uma esperança no ar e no coração das pessoas.

Em Vitória da Conquista, mesmo não tendo uma programação do tamanho da representatividade da cidade, que é um polo cultural, o prefeito simplesmente suspendeu, anteontem e ontem, as programações do São João. Inclusive consta na

imprensa que os assessores do prefeito, na área da cultura, vieram para Salvador, o que foi objeto de escárnio no meio da mídia, porque os representantes da área da cultura deveriam estar na cidade, mas eles saíram e foram comemorar o São João em outra cidade. E eu, modestamente, estive nos vários distritos, nas várias comunidades, comunidades relativamente até pobres, mas que, através da cotização dos seus membros, festejaram o São João, o Santo Antônio com muita alegria, como é próprio... é uma característica do Nordeste, sobretudo das festas juninas. Todos sabem a história do São João: um casal infértil que, através da promessa sagrada, acabou gerando. E quando a mãe de São João o aguardava, foi anunciada a ideia da fogueira. Então, tem toda essa mística religiosa, mas tem a presença popular muito forte. Porque São João coincide também com aquilo que Bourdieu chama das trocas simbólicas. São festas... Mesmo nas comunidades pobres a gente vê uma fartura muito grande de comida, de bebida, de confraternização ao lado das festas religiosas.

Esse traço é importante, porque toda cultura, toda sociedade precisa dos rituais coletivos. O Marcel Mauss, um grande antropólogo francês, há muitos anos, final do século XIX, na passagem para o XX, estudou várias comunidades e consagrou esse princípio da sociabilidade humana: é preciso os festejos, é preciso a dádiva, a reciprocidade para que esses grupos sociais se mantenham unidos e coesos, sobretudo resistindo aos desafios da pobreza e muitas vezes até da miséria. E o nordestino, apesar das dificuldades, demonstra essa alegria e essa esperança.

Evidentemente, nesse contexto da esperança, estamos muito otimistas, porque por onde passamos ouvimos a pergunta se o Lula será candidato ou não nas próximas eleições. E a nossa resposta tem sido positiva. Nós acreditamos que o presidente Lula será candidato, porque contra ele não há, do ponto de vista jurídico, sustentação. Naturalmente, foi um golpe, perseguição judiciária está aí. Muitos ministros e teóricos afirmam que não há como impedir que o Lula registre sua candidatura, mesmo porque na legislação eleitoral está muito claro as duas condições da inelegibilidade: que é pela via da ficha limpa, que é a improbidade administrativa, ou pela via criminal. Na via criminal está muito claro: só não pode ser candidato aquele pretendente que tenha processo transitado em julgado. E por mais que se debata e se discuta, a Constituição é clara e a lei eleitoral é clara: só poderão ser impedidas de ser candidatas as pessoas que pleiteiam registro de candidatura e que tenham processo transitado em julgado. Está lá na Constituição.

Portanto, até o dia 17 de setembro, haveremos de fazer esse debate nacional nas comunidades, em todos os locais deste país, para garantir que o Lula será, sim, candidato à presidência da República. E é impressionante, nas comunidades mais simples onde nós passamos, quando falamos o nome do Lula somos aplaudidos, mesmo em festejo, mesmo em festa, mesmo tendo no palco bandas de forró. Quando a gente sinaliza a presença do Lula, através de camisa ou de gestos, a população aplaude. Então, é uma incógnita para muitos, mas para nós que militamos, há mais de 45 anos, no campo dos movimentos sociais – e só no PT são 38 anos. Eu sou fundador do PT – acreditamos, sim, que o povo brasileiro vai dar a volta por cima. E mais do que nunca é um momento, portanto, de esperança, Sr. Presidente.

Evidentemente que nesse período também houve uma nota triste, que foi a partida, o falecimento do ex-governador Waldir Pires, tema que a nossa Bancada está fazendo uma moção que será objeto, aqui, do Líder do nosso partido, Rosemberg Pinto, e de outros companheiros que vão falar sobre isso. Mas eu queria também deixar, em meu nome e em nome do deputado federal Waldenor Pereira, como fizemos na mídia, os nossos sentimentos e a nossa solidariedade à família de Dr. Waldir Pires, por tudo que ele representou na vida democrática deste país.

Desde os anos 50 foi uma figura atuante, que resistiu à ditadura e que, já no outono da vida, abraçou o nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, em função de uma convocação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e honrou com sua sabedoria, com sua experiência os cargos que exerceu no governo federal.

Eram essas, Sr. Presidente, as nossas considerações para este momento.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar orador, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Zé Raimundo Lula:- Sr. Presidente, indicado o deputado Joseildo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por todo o tempo o deputado Joseildo.

O Sr. JOSEILDO RAMOS LULA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que nos visitam e estão nas Galerias, sejam bem-vindos.

Nós estamos, neste momento, em que pese estarmos aqui, no Nordeste, na época dos festejos juninos... o que ocorre no Congresso Nacional é a preparação última para vender seis concessionárias do sistema Eletrobrás, seis distribuidoras. E tudo isso pronto e não há uma discussão, não há nenhum aprofundamento pela imprensa do nosso país. Parece brincadeira, em nosso país estamos vendendo parte do sistema Eletrobrás.

Isso significa dizer, num país que tem 75% de toda a energia elétrica estabelecida por uma energia limpa, a energia hidráulica, que o nosso Congresso, majoritariamente, está inclinado a conceder a preço de banana aquilo que em qualquer país sério do mundo é considerado estratégico.

Observem, senhores, a que ponto o Parlamento, e sua importância, pode ser visto do modo avesso. Se nós tivéssemos um Parlamento condizente, estabelecido segundo os princípios norteadores da nossa soberania, não estaríamos colocando como se estivéssemos leiloando aquilo que foi muito difícil estabelecer, a matriz energética que temos em nosso país.

Do ponto de vista das últimas votações, a votação para a entrega do pré-sal foi um ataque terrível à soberania; e a votação pelo processo completo de terceirização significa dizer que nenhuma instituição pública ou de economia mista em nosso país

precisa mais fazer concurso para ter seus funcionários, terceirizando, à guisa de modernizar as relações no mundo do trabalho.

Que modernização é essa que precariza as relações no mundo do trabalho em desfavor do trabalhador brasileiro?

Além disso, contingenciaram por 20 anos as políticas públicas sociais, e apontaram pela reforma da previdência, mas, como 2018 é um ano eleitoral, não conseguiram ir adiante, porém fizeram a reforma trabalhista. Retrocederam todo o avanço que este país teve do ponto de vista da reorientação de suas riquezas, do ponto de vista de beneficiar a maior parte da nossa população.

. Hoje, estamos a lamentar aqueles que estão lá, no Congresso, 513, dos quais apenas 100, 110 votam na direção do que espera a população brasileira.

Então, é bom chamar a atenção, porque isso repercute diretamente aqui, na Bahia, porque significa vender a CHESF. A CHESF é quem gerencia a utilização das águas do Rio São Francisco para a produção de energia elétrica a partir da energia hidráulica. Imaginem os senhores, o Rio São Francisco, que precisa ser revitalizado, vai ter as suas águas transformadas em mercadoria. Em mercadoria!

E o que é pior é o preço da venda da CHESF, que poucos países no mundo têm estrutura semelhante, que responde pela geração de energia para todo o Nordeste, 82% da geração de energia. Isso será entregue a preço de banana. Imaginem como vai ficar a conta para o simples cidadão que terá que pagar.... Para uma empresa chinesa? Para uma empresa americana? Para uma empresa asiática? Não interessa.

Nos Estados Unidos e na própria Inglaterra, onde as relações de mercado são prioritárias do ponto de vista do arranjo nacional, tudo aquilo que interfere na soberania nacional desses países não pode ser colocado à disposição da venda de sua soberania. E nós estamos vendo isso partindo de um governo que não tem o mínimo de legitimidade, um governo que não traduz as suas ações naquilo que verdadeiramente nós precisamos, principalmente a população brasileira, despossuída em sua ampla maioria.

Então, o que é que está acontecendo em quase 2 anos? O desmonte de toda a estrutura que consegue levar adiante um projeto de nação, agora interrompido; e com a informação de que seis empresas do sistema Eletrobrás serão postas à venda. Então, é muito grave, num momento desse, em que os olhos da nação estão submersos em outra lógica, esse crime de lesa-pátria estar sendo perpetrado por cidadãos que estão no Parlamento e não representam a média do sentimento dos brasileiros.

A gravidade disso é tão grande... e ainda maior porque quem está na relatoria da venda do sistema Eletrobrás é um parlamentar baiano, um deputado federal da Bahia, que estará colocando em desfavor do povo brasileiro, uma venda que pode representar a vergonha que virá traduzida numa ação nefasta, criminosa do Congresso brasileiro.

Então, é uma pena que nós estejamos aqui, no Parlamento baiano, a repercutir essa informação.

Assim como, a depender do resultado das eleições de 2018, haverá depois de outubro um novo ataque à Previdência oficial, o que, nada mais nada menos, significa

a abertura do mercado da Previdência Social para o Santander, para o Itaú e para o Bradesco, diminuindo a presença do estado naquilo que é fundamental, que é uma das maneiras mais importantes de capilarizar a assistência e o desenvolvimento social.

O que seria de mais da metade das prefeituras do Nordeste se não fosse o Instituto Nacional de Previdência, a Previdência oficial? E quando acabarem com esse instrumento, com essa ferramenta poderosa de diminuir as desigualdades em nosso país vão entregar tudo isso para o Bradesco, para o Santander e para o Itaú.

É para isso que estão servindo os parlamentares no Congresso Nacional. É uma legislatura vergonhosa. Nós precisamos abrir os olhos para que 2018 seja o ano do acerto de contas da população brasileira.

Então, são essas as referências para as quais nós chamamos atenção, porque esse assunto está mergulhado nas trevas. Não se coloca na luz, não se coloca o ambiente cristalino para que as pessoas tenham acesso ao que acontecerá depois dessas votações, repito, em desfavor do interesse primeiro da população deste país, principalmente da população nordestina.

Então, são essas as considerações, Sr. Presidente, que viemos fazer aqui de público, porque não podemos ficar silentes perante esse assunto que a história deverá gravar como um dos maiores crimes de lesa-pátria de que se tem notícia na história da nossa recente democracia.

É isso aí, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar DEM/PRB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, no tempo referido por V. Ex. ^a falarão o deputado Carlos Geilson, por 5 minutos, e este deputado, por 8 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, deputado.

Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Carlos Geilson. Nos 8 minutos restantes, o deputado Targino Machado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, amigos que nos visitam, colegas da imprensa, caros servidores que estão aqui, não deixem a Defensoria Pública morrer. Se depender da Oposição, não vai morrer de jeito algum, porque vai ter gás, vai ter fôlego, vai ter apoio. Só depende, aqui, do governo. Nós, da Oposição, estamos lutando rente e ciente com vocês nessa luta. (Palmas)

Mas, Sr. Presidente, eu quero ser consoante às palavras do deputado Soldado Prisco em relação ao governo do estado. Todo final de semestre, ou no meio do ano ou no final do ano, o governo propõe um acordo com a Oposição para que votemos um pacote de projetos, votar a toque de caixa. Os deputados da Oposição têm direito às emendas impositivas. Aí o governo acena que vai liberar ambulância, que vai liberar trator, isso ou aquilo que nós por direito temos. Aí sai na imprensa, de

forma maldosa, que a Oposição se vendeu em troca de trator e de ambulância, o que não é verdade.

Mas é por isso que eu estou aqui a declarar o meu posicionamento: a Oposição não deve fazer acordo. Chega de ser engabelada! Chega de ser ludibriada! Eu estou nesta Casa há quase 8 anos. Não tem um acordo sequer cumprido. Eu estou dizendo um acordo que tenha sido cumprido! A Oposição leva o ônus e não tem o bônus, o ônus perante a sociedade e não tem o bônus do que a sociedade imagina que a Oposição teve para votar no pacote e facilitar a vida do governo.

Eu ouço aqui, plagiando o deputado Targino Machado, pululam nos corredores que está sendo gestado um acordo. Acordo não tem e não terá com este governo porque não é merecedor de crédito. Os acordos aqui já foram cancelados, avaliados pelo presidente do passado Marcelo Nilo, avaliados pelo Líder do Governo, deputado Zé Neto, já teve aqui de secretário de governo sentar na mesa, visitar o gabinete da Oposição e não passar de conversa fiada, nunca cumprir acordo. Aí vem o deputado Angelo Coronel, que deve agradecer penhoradamente de joelhos à Oposição por ser candidato ao Senado na chapa de Rui, graças à Oposição que lhe deu fôlego, régua e compasso, que lhe deu a cadeira de presidente e, por consequência, a vaga na chapa de Rui Costa... Angelo Coronel também avaliou acordos no passado. Agora não tem ninguém para avaliar. Estão tentando estuprar a Oposição com conversa fiada: “Vamos votar porque senão não vai ter recesso.” Ora, por mim, que não tenha recesso, que estejamos aqui todos os dias de julho a trabalhar. Esse é o nosso mister, essa é a nossa função para a qual fomos eleitos, para a qual fomos às ruas pedir votos, praças e ruas.

Então essa coisa: “Ah, se não votar hoje a LDO, se não votar esses projetos não vai ter recesso.” Por mim, não vota! Por mim, não terá acordo! E quero dizer ao Líder da Bancada, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Luciano Ribeiro, se ele fizer acordo me exclua da Oposição. Já me coloco aqui como deputado independente. Se a Bancada fizer acordo não terá o meu apoio, não terá a minha chancela. Ficarei aqui! Posso ser aqui uma voz isolada, mas serei discordante desse acordo com quem não merece e não respeita acordo e nunca respeitou e nunca cumpriu acordo nesta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente. E pode aí anotar: se fizer acordo estou fora...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) da bancada de oposição.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por 8 minutos, o deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Poltronas Vazias desta Casa, lamentável que assim ocorra, senhores da imprensa, senhores das Galerias, Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV*

Assembleia, quero dizer aos senhores que quem negocia, quem se coloca na posição de negociador, não pode cometer equívocos. E o Líder do Governo está cometendo um equívoco quando deseja apontar para a cabeça do conjunto desta Casa que, se não houver acordo, não vai votar a LDO; e, não votando a LDO, cessa o recesso. Eu acho até que esses recessos não deveriam existir, não deveriam existir. Porque o operário comum tem direito a 1 mês de férias e o deputado tem direito a 2 meses e 15 dias? Isso é uma vergonha! A gente aqui já não trabalha, esta Casa é preguiçosa mesmo, não trabalha, não é? Por que mais de 2 meses de recesso? Por mim, – embora o deputado Carlos Geilson tenha dito que encarnou, aqui, o meu espírito, hoje, da tribuna – eu quero dizer que dele discordo quando ele diz que não haverá acordo de jeito nenhum. Eu não quero acordo com o governo nem para comer doce, porque o governador é infiel depositário, não é? Infiel depositário, infiel depositário! Infiel depositário com a bancada de oposição, infiel depositário com os funcionários públicos vez que, 4 anos de governo, ele não deu nem uma reposição salarial nesses 4 anos. A pior desgraça que aconteceu com a Bahia foi esse governo. Pronto! Para o funcionalismo assim como para a saúde, assim como para a educação, foi um desastre.

Mas eu quero dizer que há 3 dias, a cerca de 3 dias, chegou a esta Casa o Projeto de Lei nº 22.885/2018 (palmas) que, no seu artigo 1º, diz: fica instituída a Vantagem Pessoal de Incentivo (VPI) para os servidores titulares de cargo efetivo do Poder Judiciário do Estado da Bahia que não percebiam as vantagens instituídas pela Lei n.º 7.816 e Lei n.º 7.885 e pela Lei n.º 11.919. (Palmas). Isso é um recibo que passa o governador, que passa esta Casa e que passa o Poder Judiciário, admitindo que, no Poder Judiciário da Bahia, existe uma mula sem cabeça, um monstro. Isso é uma ignomínia jurídica. Não é possível que entes iguais ocupando o mesmo cargo, desempenhando a mesma função, (palmas) com a mesma carga horária...

Participante das Galerias:- Com o mesmo concurso.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Com o mesmo concurso, isso!

Recebam no contracheque salários e remunerações diferentes, isso é um absurdo! É um absurdo.

(As Galerias se manifestam.)

A vantagem pessoal instituída no caput do art. 1º desta lei tem o valor de R\$ 1.117, 77. Pronto. Eu não quero radicalizar. Eu moro em Feira de Santana, mas não tenho problema de ir e vir todos os dias para esta Casa bater ponto. Aliás, ponto que devia existir, porque ali, os senhores observem, tem 44 presentes. Aqui eu só consigo contar dois, três, quatro, cinco, seis, sete. Cadê os 37?

Participante das Galerias:- Sumiram!

O Sr. TARGINO MACHADO:- Ah, tomaram Doril! Doril! E é assim sempre, hoje tem até deputado demais, tem até deputado demais.

Isso aqui não é sessão da Assembleia Legislativa da Bahia. Isso aqui parece sessão espírita onde o orador aqui tem que falar com os espíritos, não é? Precisa muita fé, precisa ser muito artista para conseguir vir a esta tribuna da Assembleia e verbalizar, sustentar ideias e ideais, opiniões sem plateia. Hoje os senhores estão aqui,

isso é uma novidade. O povo também não tem se organizado. Os senhores estão aqui mas deveriam estar muito mais, muito mais representantes.

(As Galerias se manifestam.)

Porque político, principalmente em época de eleição, treme nas bases com o povo. Vamos para a rua para mostrar que queremos um governo diferente. Não basta mudar um governador, não basta mudar um governador, tirar um e botar outro, muda o governador para quê? Para mudar os nomes dos secretários? É como se trocassem as coleiras e deixassem os mesmos cachorros, não é? Nós precisamos é mudar a forma de administrar a Bahia, a forma de fazer política.

E se o governo quiser acordo, ótimo; se não quiser hoje, a gente só vai votar lá para agosto ou setembro porque vamos obstruir. Agora, não se vota a LDO sem votar esse projeto.

(As Galerias se manifestam.)

Não se vota LDO! Quem está preocupado com isso não sou eu, não é o soldado Prisco, não é a bancada de oposição. Quem está preocupado com isso são os deputados de governo, é problema do Líder com os deputados de governo, problema dos deputados de governo com o Líder e com o governador. Ou aprova essa zorra, ou não sai a LDO. Pronto.

(As Galerias se manifestam.)

Quero concluir a minha fala...

Participante das Galerias:- Cadê Zé Neto?

O Sr. TARGINO MACHADO:- Tomou Doril.

Quero concluir, Sr. Presidente, a minha fala falando de outra aberração do governo da Bahia. A gasolina lá fora está custando R\$ 4,30, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...), mas o governo do estado está cobrando imposto sobre o valor estipulado por ele e pelo secretário da Fazenda, para a gasolina ser R\$ 4,54, ou seja, o cidadão está comprando a gasolina por R\$ 4,30, mas está pagando o imposto a R\$ 4,54. O governador precisa vir explicar essa aberração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Soldado Prisco:- Sr. Presidente, questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados aqui nesta Casa, Casa do Povo, onde cada deputado se expressa da forma que achar melhor, é o caso do deputado Targino, os funcionários que estão aqui, com todo respeito, às vezes podem imaginar que os deputados que não se encontram aqui não estão trabalhando. Eu tenho certeza absoluta que nenhum deputado está dormindo, nem está na praia, nem está brincando neste momento.

Infelizmente o papel do deputado é legislar, mas funciona de outra forma. O prefeito se dirige de Correntina para Salvador, quase 1.000 quilômetros, 2.000

quilômetros de ida e volta, e se o deputado não lhe der apoio junto às secretarias, tentando levar benefícios para a sua população, é claro que esse prefeito irá largar esse deputado e voltar.

Tenho certeza absoluta, e o deputado Targino também, eu acredito que saiba, que a vida de deputado não é tão fácil como a *Globo* ou alguns querem dizer. “Isso é fácil!”, eu sempre escuto. Eu sempre digo: “Se é tão fácil assim ser candidato a deputado e ser deputado, basta estar filiado a um partido que tem quase 50 e basta tirar um título ali no SAC, que não se gasta nada”. Aí se vira deputado e não precisa trabalhar, não precisa vir aqui na Assembleia, fica dormindo ou fica na praia. Então não corresponde... é... vamos dizer: a gente tem de respeitar a palavra de qualquer parlamentar, agora as pessoas que estão aqui hoje nas Galerias, funcionários públicos, às vezes podem imaginar que nossos colegas, pelo Plenário estar vazio no momento, estão brincando, ou estão dormindo, ou estão curtindo. Aqui a peneira é curta, são R\$ 15 milhões para 63 deputados, e nós estamos em uma democracia onde qualquer um pode ser deputado, e o povo tem o direito de escolher livremente cada um.

Então, para que não fique palavras destoantes da realidade, com todo o respeito...

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- (...) com todo o respeito que eu tenho ao deputado Targino.

V. Ex.^a abriu mão, deputado Prisco?

Pela ordem, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, verdadeira seria a opinião de V. Ex.^a se isso aqui fosse a realidade de hoje. Isso aqui é a realidade de todos os dias. V. Ex.^a sabe bem disso, até porque é um deputado que frequenta com assiduidade este Plenário. E, nas muitas das vezes, V. Ex.^a já trocou comigo a indignação pelo que acontece aqui. Essa conversa de que lugar de deputado não é só no Plenário é conversa fiada para boi dormir.

Naturalmente V. Ex.^a está aqui agora assumindo a presidência do trabalho, eu entendo que o seu papel aqui, como deputado, na planície, conversando comigo, é um; e o papel que deve ter aí na presidência é outro, porque aí V. Ex.^a é o magistrado desta sessão. Como magistrado, os princípios norteadores do comportamento de V. Ex.^a aí são aqueles do equilíbrio, da isenção e da tranquilidade. Então eu respeito a sua opinião, a vossa opinião como presidente da Casa, mas digo que precisamos lutar, lutar para restaurar, resgatar...

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Pela ordem, presidente.

O Sr. Targino Machado:- (...) resgatar a confiança, resgatar a confiança... resgatar a confiança do povo que está aí fora no Poder Legislativo. Para isso, o mínimo que precisamos é fazer esta Casa voltar a trabalhar na plenitude e este Plenário ser o palco do desfile das ideias ideais, cada um mostrando aqui o seu lado e cada um mostrando aqui o que é que defende. Para defender o povo, não existe melhor lugar do que aqui. Deputado não é eleito para estar servindo de menino de recado, levar um ali, levar o chapéu ali, ir buscar o chapéu ali; deputado é eleito para

legislar e para fiscalizar. O local onde se faz isso de forma soberana é aqui, por isso que este Plenário é tão importante, que não pode funcionar nada. E aí eu dou a mão à palmatória a V. Ex.^a, que protestou aqui, há cerca de 30 dias, por estar acontecendo neste Poder Legislativo uma outra atividade no mesmo horário da sessão ordinária. V. Ex.^a estava corretíssimo, estava respaldado pelo regimento desta Casa.

Dito tudo isso, excelência, eu quero solicitar de V. Ex.^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão...

O Sr. Zé Raimundo Lula:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado:- (...) e o faço solicitando de V. Ex.^a que mande zerar o painel, abra o tempo de 15 minutos, que, por gentileza, por obséquio, requisite a presença, através da chamada nominal, de todos os Srs. Deputados que, estejam onde estiverem, possam comparecer a este Plenário porque existe uma questão de ordem para continuidade...

O Sr. Zé Neto Lula:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Pela ordem, presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Zerem o painel...

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- (...) eu pedi primeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- (...). Zerem o painel...

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, antes de V. Ex.^a...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- (...). Zerem o painel...

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, eu pedi uma questão de ordem.

O Sr. Zé Raimundo Lula:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Vai ter tempo suficiente até os deputados comparecerem, deputado Sidelvan.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Mas V. Ex.^a teria que dar antes de pedir isso aí...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- É tão urgente assim, deputado Sidelvan?

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- (...) porque eu pedi quando Targino estava falando.

O Sr. Zé Raimundo Lula:- Eu pedi primeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Bom, tem outra sessão calçada, deputado. Vai ter tempo suficiente.

Zerem o painel, por favor, marquem o tempo regulamentar...

O Sr. Zé Raimundo Lula:- Sr. Presidente, Sr. Presidente, questão de ordem! Questão de ordem, Sr. Presidente, eu pedi!

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Eu pedi questão de ordem, se V. Ex.^a der a ele, vai ter que dar a mim.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Sidelvan.

O Sr. Zé Raimundo Lula:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pediu primeiro o deputado Zé Neto. Questão de ordem do deputado Sidelvan.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente...

O Sr. Zé Raimundo Lula:- Na verdade, fui eu, Sr. Presidente, fui eu que levantei a mão.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Zé Raimundo, quem primeiro pediu fui eu.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Zé Neto, deputado Sidelvan pediu...

O Sr. Zé Raimundo Lula:- Primeiro, Sr. Presidente...

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, garanta a minha palavra, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Sidelvan...

O Sr. Zé Raimundo Lula:- Sr. Presidente, primeiro a questão de ordem foi levantada por mim, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Sidelvan...

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Eu pedi questão de ordem quando Targino ainda falava. Zé Raimundo, eu pedi questão de ordem quando Targino falava ainda.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Sidelvan, deputado Sidelvan, para que essa zoada? Eu vou conceder, deputado. Com a questão de ordem o deputado Sidelvan.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, minha questão de ordem é ainda se referindo ao discurso do deputado Targino. Eu acho que nós temos que concordar em parte com o discurso do deputado Targino Machado, mas não é possível que o discurso de Targino alcance todos. Nós temos de dizer quem nesta Casa trabalha e quem não trabalha. Eu acho que esta Casa precisa, nos seus discursos, citar nomes, dar nomes aos bois, quem é que está aqui nesta Casa todo dia, quem é que vem aqui, quem vem nesta Casa, e não generalizar. Deputado tem de estar aqui no Plenário, concordo com V. Ex.^a, mas eu acho que tem de dar nomes aos bois.

O Sr. Zé Raimundo Lula:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, professor Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Lula:- Sr. Presidente, seguindo as normas regimentais, eu gostaria que V. Ex.^a marcasse o tempo de 15 minutos para continuidade da sessão e fizesse a chamada nominal para que os colegas deputados que queiram, os deputados que queiram continuar a sessão, compareçam ao Plenário.

Há deputados que não querem a continuidade da sessão, e nós queremos a continuidade da sessão. Portanto...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V. Ex.^a será atendido, professor.

Por favor, marquem o tempo de 15 minutos.

Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão solicitado pelo deputado Targino Machado, eu solicito que marque

a presença. Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão. V. Ex.^{as} que se encontram nos gabinetes e em outras dependências desta Casa, solicito a presença de todos para que possamos hoje votar ou tentar votar a LDO.

O Sr. Bira Corôa Lula:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Bira.

O Sr. Bira Corôa Lula:- Sr. Presidente, aproveitando o espaço da questão de ordem pedida pelo deputado Targino Machado, eu queria solicitar aos deputados e deputadas que estão nos gabinetes, que estão atendendo extraplenário, que se dirijam até o Plenário para restabelecer o quórum e darmos continuidade a esta presente sessão.

Mas, Srs. Deputados, eu também faço uso da palavra aqui, primeiro, para fazer uma ponderação, porque, na condição de deputado – e fico à cavaleiro para essa fala –, estou sempre presente aqui, cumpro com as minhas obrigações, enfim, assisto a deputados que chegam ali para falar para a torcida, para inflamar, que atacam e agredem outros colegas quando sequer ficam presentes nas votações.

Eu vou solicitar que esta Casa traga para cá a relação dos deputados que ficam até a madrugada votando aqui, para a gente ver que muitos dos que fazem zoadas ali sequer acompanham as votações ou cumprem a obrigação de votar, mesmo que seja contra; como também verificar o trabalho das comissões para a gente ver quem, de fato, trabalha nesta Casa e quem faz falácias, para a gente não ficar atacando deputados e deputadas desnecessariamente. Então é importante que a gente possa fazer esse debate nesta Casa.

O trabalho do deputado não é só estar no Plenário. É importante estar no Plenário, mas o trabalho se dá em toda a sua extensão: nas comissões, nas frentes parlamentares que aqui são constituídas, no atendimento aos setores organizados da sociedade, nas audiências públicas, nas sessões especiais, nas atividades “extracasa”, nas audiências e plenárias, nas visitas e acompanhamentos do trabalho “extracasa”, nas visitas às regiões e ao interior. Então, tudo isso se constitui no trabalho parlamentar, e não apenas em marcar a presença no painel ou estar sentado em uma cadeira aqui nesta Casa.

Então, é bom dizer isso para não ficar passando para a sociedade que aqui está um conjunto de “faz-nada” em detrimento de dois ou três que estão cumprindo com as suas obrigações. As obrigações do mandato são extensas em todas as... Hoje, inclusive, nós tivemos uma audiência pública debatendo um setor estratégico que é a questão da agricultura familiar e a educação no campo, que é parte do trabalho legislativo, que é parte do trabalho de uma comissão.

Então, queria fazer essa reparação até para a gente não ficar tachando, tachando, tachando deputado desnecessariamente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Deputado Aderbal Caldas; deputado Alan Castro; deputado Alex Lima; deputada Angela Sousa...

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- ...deputado Angelo Coronel; deputado Carlos Ubaldino; David Rios; Eduardo Salles; deputada Fabíola Mansur; Fabrício Falcão; deputada Fátima Nunes; deputado Jânio Natal; José de Arimateia; deputado Jurandy Oliveira; Manassés; Marcelo Nilo; Maria del Carmen; Marquinho Viana; deputada Mirela Macedo; deputado Nelson Leal; Neusa Cadore; Sargento Isidório; Paulo Câmera; Paulo Rangel; Reinaldo Braga; Roberto Carlos; Robinho; deputado Líder Rosemberg Pinto; Samuel Júnior; deputado Vítor Bonfim; deputado Zó, existe um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Questão de ordem do deputado Targino.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente...

O Sr. Alex da Piatã (Fora do microfone):- Sr. Presidente, V. Ex.^a pulou alguns nomes.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Alex, V. Ex.^a não deve ter entendido. Eu não citei os deputados da Oposição, porque os deputados que pediram verificação não têm interesse na continuidade da sessão. Por isso, eu economizei tempo.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, dizem os pensadores políticos que tudo na política que precisa de justificativa é ruim, e eu concordo com essa linha de pensamento, com essa escola de pensamento. Para não termos o que justificar, bom seria que mantivéssemos nesta Casa sempre, para o funcionamento das sessões ordinárias, o quórum exigido, que é de 21 deputados. Afinal de contas, é apenas 1/3 do conjunto dos 63 deputados. Já sugeri aos Líderes, inclusive, que, para evitar as minhas provocações, fizessem um rodízio onde a Bancada de Oposição entraria com 6 ou 7 deputados, é obrigação de eles estarem aqui em todas as sessões, e a Bancada do Governo, por ser maior, que entrasse com 14, 15. E não foi aceita a minha proposta, deputado Bira Corôa.

Eu não vou aqui, agora, apontar e dizer: “Olhe...”. Eu estou vendo ali deputado, não é? Ainda há pouco, eu estava olhando ali, naquele painel, deputado que tem 2 meses que eu não vejo, mas está ali o nome aceso porque passa aqui 7 horas da manhã, dá a presença e vai embora. Escafedeu-se, não é?

Então, eu não posso deixar de falar, deputado Bira. Eu não sou dedo-duro, não quero ser, mas não posso esconder a minha indignação. Eu sou um deputado que vou e volto de Feira de Santana todos os dias. V. Ex.^a mora aqui nas cercanias da Assembleia, não é? Mora na Região Metropolitana. Eu moro a 110, 112 quilômetros e vou e volto todo dia.

Ontem, tentei chegar aqui, não consegui por causa de um acidente que houve, estava terrível o trânsito. Mas vim até Simões Filho e retornei de Simões Filho. Porque esse é um esforço que eu acho que... quem está ajoelhado precisa rezar. Então, acho que os senhores deputados devem reclamar não do deputado Targino Machado,

que está apontando o dedo para as cadeiras vazias. V. Ex.^{as}, principalmente V. Ex.^a, deputado Sidelvan Nóbrega, que também falou, deputado Adolfo Menezes, que também falou, V. Ex.^{as} deveriam trazer a indignação dos senhores, pois os três são assíduos nesta Casa, para aqueles que chegam aqui, dão presença e vão-se embora.

Afinal de contas, o salário aqui está em dia. O salário está em dia. Está todo mundo aqui, a exceção de Targino, com o 13º no bolso. Eu não estou com o meu porque eu não quis receber antes da Semana Santa, mas me foi oferecido, e eu não quis.

(Intervenção fora do microfone.)

Hein? Então pronto: deputado Bobô. Quem não quis receber que avise, mas foi passada a lista para os deputados assinarem. Eu não quis o 13º. Mas esta Casa paga bem, nós temos aqui benesses que são próprias do legislativo.

Agora, estamos aqui, deputado, nesse constrangimento. O governo sequer consegue colocar a sua Bancada, os seus deputados para darem presença para a continuidade da sessão. Faltam apenas 5 minutos e 40 segundos, e só temos, até aqui, 18 deputados que deram presença. Estão faltando 3 deputados. Na hora da votação, o quórum de votação é de 32. Quem não está conseguindo botar 21, agora vai, com a deputada Fabíola, para 19.... Quem não está conseguindo, quem está tendo dificuldade de botar 21 como é que vai botar o quórum qualificado de 32 daqui a pouco?

Então, esta é a situação: ou há acordo, ou não há a votação. E o acordo depende da vontade da Bancada do Governo, porque eu não tenho problema nenhum de continuar vindo aqui durante o mês de julho e creio que esse é o pensamento da Bancada da Oposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, 4 minutos e 47 segundos para a sessão cair. Sr. Deputado Aderbal Caldas, deputado Alan, deputado Alex Lima, deputada Angela, deputado Alan chegou ali, deputado Carlos Geilson, deputado David Rios, deputado Eduardo Salles, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Jânio Natal, Jurandy Oliveira.

Existindo quórum para a continuidade da sessão, concedo a palavra ao nobre Líder do Governo ou da Maioria para falar ou indicar orador pelo tempo de 13 minutos.

Não há orador.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Adolfo Viana, é Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Em discussão única e votação, o Projeto de Lei nº 22.776/2018, de procedência do Poder Executivo, que altera a Lei nº 12.585, de 4 de julho de 2012. Faltam os pareceres... O deputado Luciano Ribeiro havia pedido vista na sessão anterior (**12ª Sessão Extraordinária, de 19/06/2018**).

Em votação o parecer do relator no âmbito das Comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Para discutir, o Projeto de Lei de nº 12.585...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Já foi aprovado, Sr. Presidente. Não tem mais discussão, não.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não tem mais ninguém. Não tem mais discussão, não, porque ele pediu vista na semana passada.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Já votou no âmbito das comissões, deputado.

Em votação o Projeto de Lei nº 22.776/2018. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 22.776/2018

Altera a Lei nº 12.585, de 04 de julho de 2012.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O inciso XII do art. 12 da Lei nº 12.585, de 04 de julho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art.12-**

.....
XII - 01 (um) representante do Conselho Estadual de Juventude - CEJUVE;

.....”(NR)

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- (Intervenções fora do microfone)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Vou conceder, deputado Adolfo. Só um minuto.

O Sr. Adolfo Viana:- Mas é só a título de esclarecimento, presidente.

Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Adolfo, 1 minuto só da sua...

O Sr. Adolfo Viana:- Só para entender a pauta do dia. Porque existiam dois projetos sobrestando a pauta.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- O deputado vai entender melhor agora que o governador mandou tirar dois projetos aqui que estavam sobrestando.

(Lê) Senhor presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência e com o fundamento no art. 120, inciso I, do Regimento Interno dessa Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, disposto na Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985, solicito que seja retirado o Projeto de Lei nº 22.807/2018, que 'Regulamenta a compensação com créditos de precatórios, próprios ou de terceiros, de débitos de natureza tributária ou de outra natureza, inscritos na dívida ativa até 25 de março de 2015, nos termos do art. 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal'.

Na oportunidade, valho-me do ensejo para renovar, a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Rui Costa, Governador”.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Qual foi esse aí, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Esse foi o 22.807/2018.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Retirado pelo Sr. Governador.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Isso. Agora tem mais um, também o GE nº 28/2018, que diz que seja retirado o Projeto de Lei nº 22.808, caro Líder Luciano Ribeiro...

O Sr. Luciano Ribeiro:- O.k., Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- O.k?

Retirados também os dois projetos de pauta.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, como os vetos só podem ser apreciados em sessão extraordinária, então já há uma sessão calçada extraordinária, abrirei os novos tempos.

O Sr. Adolfo Viana:- O senhor vai encerrar as duas sessões?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Não, não. A primeira, porque o veto tem que ser em sessão extraordinária, então foi retirado, é obrigado.

Vamos agora para a sessão que está calçada, que foi lida no início da sessão.
Declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.